

Apresentamos a edição de dezembro de 2023 (v. 18, n. 3) da Revista do Direito Público da Universidade Estadual de Londrina, nossa última do ano.

De início, novamente ressaltamos o grande fluxo de submissões e de trabalhos que temos recebido recentemente, o que apenas ratifica o relevante papel que tem desempenhado nossa revista no mundo acadêmico e no âmbito da disseminação do conhecimento científico jurídico.

Quanto ao conteúdo dos artigos apresentados, a presente edição é formada por textos elaborados por autores de nosso estado, o Paraná, e de todo o Brasil, com temas relacionados ao acesso à Justiça, Direito Constitucional em diferentes perspectivas, Direito Administrativo, Direitos Sociais, Democracia, Direito Internacional, inovações tecnológicas na seara jurídica, dentre outros.

No campo do Direito Constitucional, temos o artigo “*STF e controle de preços: o ‘tabelamento de fretes rodoviários’*”, que objetiva destacar a intervenção estatal por meio do preço mínimo (espécie), dentro dos contornos constitucionais, abordando o caso da “Tabela de Fretes” instituída após o movimento dos caminhoneiros, em maio do ano de 2018, que culminou na Medida Provisória nº 832/2018, convertida na Lei nº 13.703/2018.

Novamente nos meandros dos debates constitucionais, trazemos o artigo “*Identidade e constitucionalismo global – uma análise da transnacionalização da identidade constitucional no Brasil*”, que busca investigar a influência do discurso jurídico transnacional na delimitação de uma expressão identitária de matriz jurídico-constitucional.

Ainda na seara constitucional, trazendo as perspectivas das relações digitais contemporâneas, apresentamos a pesquisa “*‘Fake News’, liberdade de expressão e democracia: perspectivas e estratégias de combate à (des)informação*”, buscando analisar os seus delineamentos, a sua atuação na rede midiática virtual, bem como as suas implicações aos direitos humanos fundamentais da liberdade de expressão e informação no âmbito das democracias contemporâneas.

Ademais, destaca-se o trabalho “*Teoria da eficácia horizontal direta dos direitos fundamentais e o seu reconhecimento no Brasil*”, que tem por escopo analisar a eficácia dos direitos fundamentais, o seu reconhecimento e a sua aplicabilidade no Brasil, haja vista a previsão constitucional no sentido de que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Seguindo, o artigo “*Retrocessos da positivação do princípio da subsidiariedade: a inconstitucionalidade da reforma pretendida pela PEC 32/2020*”, analisa a tentativa de positivação do princípio da subsidiariedade no artigo 37 da Constituição Federal, tal como pretendido pela PEC 32/2020, sendo conhecida como a proposta de Reforma Administrativa

Ampliando o tema dos direitos sociais e Estado Democrático de Direito, destacamos o trabalho “*Democracia excludente: participação, direitos sociais, controle social e cidadania como representações perdidas*”, destinado a discutir em que medida a democracia tem excluído setores específicos da sociedade brasileira quanto ao acesso a serviços públicos essenciais, contrastando com a possibilidade de tornar o sujeito autônomo e condutor da própria independência.

Ampliando os questionamentos que abarcam o prisma democrático brasileiro, apresenta-se a pesquisa “*O voto obrigatório no Brasil: análise crítica e comparada*”, analisando o voto obrigatório no Brasil diante das transformações da sociedade contemporânea.

Outrossim, temos nessa edição o artigo “*O modelo regulatório do sistema*

de compensação de energia elétrica”, que se dedica a investigar a regulação brasileira referente ao sistema de compensação de energia elétrica, identificando os fundamentos constitucionais para a sua aplicação e o panorama da energia solar frente às demais fontes renováveis de energia que já compõem a matriz energética nacional.

Ainda analisando os efeitos múltiplos da realidade pandêmica que vivenciamos recentemente, cotejados com a normatividade jurídica nacional, trazemos o trabalho *“Pandemia de COVID-19 e escassez de vacina: análise acerca do (des) cumprimento dos direitos fundamentais e princípio bioético da justiça na aquisição privada de vacinas”*, debatendo nuances do Direito à Saúde em face da aplicação de vacinas pela iniciativa privada.

No que concerne ao Direito Administrativo, destaca-se o trabalho *“Estado democrático de direito e controle da administração pública: uma necessária conexão”*, que tem como objetivo realizar um estudo sobre a necessidade de controle dos atos da administração pública no contexto do Estado Democrático de Direito.

No âmbito do acesso à Justiça, apresentamos o artigo *“Virtualidade, sociedade em rede e a possibilidade de construção participada do mérito nas ações coletivas”*, que almeja responder se é possível a construção participada do mérito processual nas ações coletivas, mediante a realização de audiências públicas virtuais, no contexto da sociedade em rede, a fim de viabilizar e ampliar a participação popular.

Quanto à seara do Direito Internacional, nossa edição atual terá o trabalho *“Tratamento especial e diferenciado na OMC e a promoção de igualdade concorrencial no comércio agrícola internacional”*, dedicado a analisar as contribuições do “Tratamento Especial e Diferenciado”, no contexto dos acordos que tratam sobre os subsídios agrícolas na OMC, com exame das disputas “Contencioso do Algodão” e “CE – Bananas.

Por fim, nesta edição, a revista conta ainda com duas resenhas, referentes às obras *“Blockchain e criptomoedas - aspectos jurídicos”*, dos autores Tarcísio Teixeira e Carlos Alexandre Teixeira, e *“Direito em tela: para engenheiros, militares & afins.”*, de Munir Mohi.

Esperamos que apreciem a leitura dessa nossa última edição do ano, e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos e pesquisas, promovendo o debate acadêmico em diferentes níveis de compreensão e profundidade.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti
Dezembro de 2023.